



CRESCIMENTO E TERRITORIALIDADE: UMA LEITURA GEOECONÔMICA DE DOIS MOMENTOS DA INDÚSTRIA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS, BAHIA¹

Plínio Martins Falcão²
Rosali Braga Fernandes³

RESUMO: *Os estudos realizados na ordem de análise do espaço geográfico situam, na linha do tempo, as informações necessárias ao entendimento das dinâmicas sócio-espaciais, constituindo, inclusive, as referências de base para discussões científicas acerca da organização regional e territorial. Este artigo trata da relação entre campo e cidade, considerando a industrialização, no contexto da história de crescimento econômico do município de Ilhéus, localizado na região sul do Estado da Bahia, cuja ascensão inicial se deu por meio da cultura cacauieira, possuindo hoje uma nova configuração em termos de atividade industrial, voltada para o setor tecnológico, com a implantação de um Pólo de Informática em seu Distrito Industrial. Em seguida, traça um panorama entre as duas referidas fases, levando em conta a aplicação de conceitos, enfatizando o aspecto da territorialidade exercida pelas relações de produção e poder instaladas em decorrência do chamado ciclo do cacau.*

Palavras-chave: Cacaucultura; Informática; Ilhéus.

INTRODUÇÃO

Considerada hoje uma das mais importantes cidades do Estado da Bahia, Ilhéus abriu as suas portas para o mundo no momento ilustre da sua evolução: o esplendor do cacau. O presente artigo destina-se a analisar dois períodos vividos por uma região cujas raízes históricas estão intrinsecamente vinculadas à atividade cacauieira, mas que, na atualidade, configura-se como pólo industrial no ramo de tecnologia em informática, muito embora a atividade cacauieira não tenha renunciado ao seu espaço, ocorrendo, ainda, de modo persistente.

Os estudos da organização espacial, regional e territorial são considerações da Geografia que contribuem para o entendimento das relações entre o homem e o espaço, na dinâmica das sociedades e das interações com o ambiente. Existem variados percursos que podem ser seguidos na busca por esses conhecimentos, porém, este estudo versou sobre uma análise de dois momentos da integração de uma região ao crescimento do Estado e, por consequência, do país, caracterizando-a num plano da sua história geoconômica.

A justificativa pertinente para este trabalho não é apenas pela sua importância acadêmico-científica, mas também pela sua contribuição de cunho social, visto que possibilita o conhecimento de processos históricos na constituição de espaços. Esta vertente gera embasamento para se traçar diagnósticos à luz dos conhecimentos geográficos, podendo-se

¹ Artigo científico produzido a partir de estudos realizados para a elaboração de um Plano de Regionalização da Cidade de Ilhéus.

² Geógrafo e Especialista em Desenho Urbano (UEFS), Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBa) e Pesquisador do Departamento de Tecnologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: plinio_falcao@yahoo.com.br

³ Geógrafa e Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), Doutora em Geografia Humana (Universidad de Barcelona). Professora da UNEB e da UCSal. E-mail: rosalifernandes@ig.com.br



entender as dinâmicas regionais e territoriais e, posteriormente, os processos de interação do homem na interface de formação das sociedades.

O desenvolvimento metodológico se deu por meio de pesquisa e levantamento bibliográfico, com dados provenientes de uma pesquisa de campo realizada no ano de 2002, na ocasião em que foi elaborado um Plano de Regionalização para a Cidade de Ilhéus, pelo próprio autor. As informações e a literatura apreendida ao longo do tempo possibilitaram uma análise crítica que, aliada aos estudos na esfera da Geografia Econômica, considerando a relação campo *versus* cidade e os processos de industrialização, deu ênfase às discussões que suscitaram este artigo.

Estruturalmente, o artigo divide-se em três fases. Na primeira, a contextualização da cidade de Ilhéus no seu processo de formação histórica e situação geográfica e na segunda, a explanação de duas eras distintas, pelas quais o município passou, em termos de industrialização. Na terceira, e última, tenta-se mostrar a transição na linha do tempo (do cacau para o computador) e a tentativa de aplicação do conceito de territorialidade na caracterização daquele espaço, considerando os seus limites de tempo e as relações de poder.

HISTÓRICO E PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE ILHÉUS

No ano de 1534, D. João III dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias, doando ao fidalgo Jorge de Figueiredo Correia a capitania de Ilhéus, através de Carta Régia assinada em Évora (Portugal) em 25 de abril do mesmo ano. A presença de tribos indígenas como os *Botonudos*, *Kamacãs*, *Tapuais* e *Tupiniquis* marcavam a região mesmo antes da chegada dos portugueses no Brasil.

Optando por uma vida mais intensa na corte, o fidalgo Jorge Correia não quis tomar posse das terras e enviou no seu lugar o mesmo Francisco Romero. Em 29 de junho de 1535, o espanhol chegou com a sua esquadra na extremidade da Ilha de Tinharé, junto a um morro que foi batizado com o nome de São Paulo.

Romero lançou os fundamentos de uma vila, porém, observou – no decorrer do tempo – que o local escolhido não era apropriado, o que o fez, juntamente com os três navios que faziam parte da sua esquadra, velejarem rumo ao sul, estabelecendo-se na foz do rio Ilhéus. Neste local, em 1536, ele fundou uma nova povoação, que denominou Vila de São Jorge, em homenagem ao fidalgo português.

Fundada a vila, começaram-se as construções de madeira cobertas de palhas de palmeiras, abundantes na costa. Paliçadas foram construídas com o objetivo de defender a vila contra os ataques dos nativos, não havendo nenhum tipo de planejamento para construir-se a povoação. Ao centro, ergueu-se uma capelinha dedicada a São Jorge e a partir daí notava-se, através das tortuosas ruas, a ausência de um plano de fundação para uma vila.

A capitania possuía 50 léguas⁴ em todas as direções, começando na Baía de Todos os Santos, orientando-se para o sul e interior do Sertão. Tendo estabelecido a sede da capitania, Romero iniciou o trabalho de colonização das terras, plantando as primeiras lavouras. A presença de grandes obstáculos, como a reação dos índios tupiniquis não foi um problema grave pelo

⁴ Antiga medida de distância que corresponde a 6.600 metros



fato de ter-se firmado parceria com os mesmos, posteriormente. Daí facilitou-se a vinda de várias famílias portuguesas e, conseqüentemente, a montagem de engenhos de açúcar, dando início a um ciclo progressivo na região.

Assim, Ilhéus possuía todas as condições para desenvolver-se. O donatário procurava doar sesmarias⁵ a destacados integrantes do reino e incentivava o comércio na capitania. Grandes fazendas surgiam e a Vila de São Jorge chegou a ser considerada a mais rica e próspera do Brasil. Mas a capitania começou a entrar em decadência quando Francisco Romero entrou em luta contra os colonos que reivindicavam a sua substituição. Como este teria sido mantido pelo donatário como governador, muitas famílias emigraram para Pernambuco e São Vicente, enquanto que os índios atacavam constantemente os outros colonos em função do clima de anarquia instalado na vila.

Em 1551, morreu Jorge de Figueiredo Correia, passando a posse para o seu filho mais novo, que vendeu as terras, dando início a uma longa cadeia sucessória de novos donatários, fazendo parte, então, dos bens de várias famílias e gerações. Daí em diante, no ano de 1881, através da Lei Provincial nº 2.187, em 28 de junho, Ilhéus foi elevada à categoria de cidade.

A partir de 1890 a expansão urbana de Ilhéus pôde ser explicada por ser dotada de melhores condições de infra-estrutura, sua posição geográfica privilegiada, sua condição de elo com outras regiões e pelas perspectivas de trabalho oferecidas. Já havia se tornado um grande centro regional, onde, inclusive, possuía autonomia para que outras cidades ou vilas resolvessem algumas das suas questões no seu espaço.

O crescimento da cidade se deu de forma irregular em decorrência da sua topografia acidentada. Nas áreas planas formaram-se os bairros centrais e praças, enquanto que, por outro lado, os morros e encostas foram ocupados irregularmente, fazendo surgir zonas cada vez mais periféricas, pobres e marginalizadas.

Atualmente, a população de Ilhéus é de 162.125 habitantes (IBGE, 2000) e esta enfrenta todos os problemas de uma cidade que cresceu sem regularidade no planejamento. A situação não seria diferente desde quando a sua formação está atrelada ao seu conturbado processo histórico, principalmente pela oscilação econômica pela qual passou, tendo gloriosos períodos de crescimento e sucessivos momentos de decadência.

FISIOGRAFIA DA CIDADE DE ILHÉUS

Limitando-se ao norte com os municípios de Aurelino Leal, Itacaré e Uruçuca; ao sul com Una; a Oeste, com Buerarema, Coaraci, Itabuma, Itajuípe e Itapitanga; e a leste com o Oceano Atlântico, o município de Ilhéus abrange uma área total de 1.712 Km². O tipo climático da região é o regime tropical úmido, com a temperatura média anual de 24,3°C e a média pluviométrica de 2.179 mm/ano, tendo os períodos mais chuvosos nos meses de maio a julho. A topografia acidentada é uma forte característica, com a formação de encostas, morros e o encontro de três cursos de água, que são os rios Fundão, Cachoeira e Santana.

Dessa forma, a cidade de Ilhéus apresenta diversas características que influenciaram no seu processo de ocupação, tanto do ponto de vista histórico como do físico. Antes de tudo, a

⁵ Lotes de terras improdutivas ou abandonadas que El Rey de Portugal cedia a quem quisesse cultivá-las.



presença de três cursos de água cortando a cidade ao centro, a topografia acidentada e a presença dos manguezais, tornaram-na complicada e dispendiosa por parte do setor imobiliário.

A população concentrou-se de duas formas: (a) Nos morros e nas encostas, dando origem ao processo de periferação sócio-espacial da cidade e (b) Nos bairros centrais e na zona litorânea (Orla) da cidade, em direções tanto para o Oceano Atlântico (como a Av. Soares Lopes) quanto para a Baía do Pontal (como a Av. Dois de Julho e parte do Centro da cidade);

No seu trabalho sobre a ocupação dos morros periféricos da cidade de Ilhéus, Santos (2000), faz uma síntese da ocupação urbana na cidade:

O uso e ocupação do solo urbano apresentam graves problemas principalmente nas áreas de manguezais, margens de rios e encostas onde a população sobrevive na mais absoluta miséria e sem infraestrutura básica (água, esgoto, limpeza pública), sendo que nas encostas os problemas são ainda mais graves, pois além dos já citados, convivem também com as dificuldades de acesso pelas péssimas condições de vida, não tendo acesso aos bens e serviços elementares como saúde, educação e moradia. (SANTOS, 2000)

Em relação aos morros surge, paralelamente aos riscos de deslizamentos de terra, a preocupação com a proliferação de doenças em decorrência da escassez de saneamento básico, o desemprego e, principalmente, o crescimento da marginalidade. A problemática social instalou-se e expandiu-se, tendo como uma das suas origens o processo de ocupação e favelização que se deu na cidade, entregue ao esquecimento por parte da sociedade e ao descaso da administração pública.

A Prefeitura Municipal de Ilhéus, em parceria com outros órgãos, instituiu o Projeto Viva o Morro que acarretou algumas melhorias na infra-estrutura e urbanização, inclusive com obras de contenção de encostas em parte dos morros da cidade. Algumas medidas sociais também foram tomadas, como a implantação de escolas profissionalizantes, postos de policiamento e saúde, programas comunitários de saúde da família (P.S.F.), cultura e até mesmo lazer, o que veio diminuir, substancialmente, os números negativos e ocorrências policiais.

Os principais morros da cidade são Alto do Coqueiro, Amparo, Legião, Soledade, Seringal, Esperança, Gamboa, Rombudo (Jamaica), Unhão, Boa Vista, Vitória e Favela. A maioria deles já foi atendida pelas ações do Projeto Viva o Morro. Quanto à ocupação dos bairros centrais e da orla marítima, houve também um acompanhamento por parte do processo histórico de formação da cidade, porém se deu de modo mais uniforme, como no caso do Pontal. As famílias de classe média e alta concentraram-se próximas ao comércio, inclusive nas imediações do antigo porto, na época do esplendor do cacau.

Atualmente, o surgimento de condomínios de luxo na Orla Sul tem expandido ainda mais o fluxo das famílias de alta renda para aquela área. Estas têm deixado cada vez mais de concentrar-se nas zonas centrais, optando pelas áreas mais promissoras e menos habitadas no litoral, buscando tranquilidade, segurança e espaço, já que o Centro encontra-se denso.



ILHÉUS E A TRAJETÓRIA DO CACAU: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA

O cacauéiro é planta nativa nas bacias dos rios Orinoco (Venezuela e Colômbia) e Amazonas tendo sua origem nas Américas Central e do Sul. E antes de Cristo já era cultivado pelas grandes civilizações indígenas do continente, principalmente pelos Incas e pelos Astecas. A sua importância entre os Astecas era tão grande que estes lhe impunham origem divina. Eles torravam e trituravam o cacau entre duas pedras, ferviam em água aromatizada com baunilha, canela, pimenta ou suco de aveia, até que ficasse pastosa, a fim de consumi-la. Mais tarde, os espanhóis adicionaram o açúcar e inventaram o chocolate.

O nome científico do cacauéiro é *Theobroma Cacao* que significa "cacau, manjar dos deuses". É uma planta da família *Sterculaca* e recebeu este nome do naturalista sueco Carolus Linneu. No Brasil, o cacau é nativo da Amazônia, tendo constituído por muito tempo um produto do seu extrativismo.

As primeiras plantações na Bahia datam aproximadamente de 1746, na então Capitania de São Jorge dos Ilhéus (onde hoje é o município de Canavieiras). O avanço do cultivo nessa fase inicial foi se prolongando gradativamente, como ressalta Vinhães (2001, p.214), ao afirmar que somente em 1752 o plantio chegou mais ao norte da Capitania, atingindo a zona da Vila dos Ilhéus, onde encontrou solos férteis e umidade adequada, expandindo-se por toda a “bota” do Estado.

A lavoura do cacau foi implantada como curiosidade, talvez como planta exótica, mas cresceu de forma vertiginosa, porém desordenada. Não havia conhecimento técnico e só valia os poucos saberes desenvolvidos pelos pioneiros e pelos seus descendentes. Mas mesmo assim chegou-se à conclusão de que o sul da Bahia era bastante apropriado para o cultivo do cacau pelas suas condições ambientais, o que, neste caso, revela até um certo predomínio do pensamento determinista.

Durante o século XIX a cultura foi crescendo em meio a altos e baixos. No fim do mesmo, o comércio desenvolveu-se bastante com o aumento da colheita, que deu a Ilhéus o lugar de primeiro produtor mundial. Como a população se queixava da falta de transporte, o governo da Bahia assinou um contrato de concessão e construção da estrada de ferro Ilhéus – Conquista, que nunca passou de Aurelino Leal e acabou sendo desativada definitivamente em 1964.

Até o final do século XIX o cacau foi explorado intensivamente pelos estrangeiros. A partir de 1900 começou uma nova etapa, transformando o sul da Bahia num verdadeiro *eldorado*, para onde correram migrantes variados, principalmente nordestinos advindos de Sergipe, Alagoas e outros lugares. Estes adentravam a mata, se constituindo nos desbravadores e implantadores do cultivo do valioso fruto, momento este no qual tomou impulso e cresceu de forma definitiva a lavoura cacauéira.

E foi aí que voltou a se desenvolver a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, prosseguindo o ciclo na região, dando início a era chamada “Esplendor do Cacau”. Este ciclo, de acordo com Pólvora e Padilha (1998), ocorreu da seguinte forma: Itabuna (1872), Rio do Braço (1899), Uruçuca (1900), Ubaitaba e Ubatã (1909), Gandu (1913), Ipiaú (1916), Itajuípe (1918) e Coaraci (1919). Contudo, não resta dúvida de que o cacauéiro encontrou nas terras da antiga colônia um



habitat privilegiado para seu desenvolvimento, até chegar a se constituir como primeiro item nos produtos da região e, mesmo, do Estado.

Foi no ano de 1926 que teve início a exportação direta de cacau para o exterior, com a chegada do *Falco*, navio sueco de 3.000 toneladas, que chegou a Ilhéus em janeiro, partindo com destino a Nova York, com 47.150 sacos de cacau. Diversos foram os momentos nos quais passagens literárias descreviam esse processo de chegada e partida das embarcações estrangeiras, anunciando uma fase de ligação direta entre Ilhéus e o mundo:

Eram navios de muitas bandeiras, ancorados nas pontes do porto. Homens de vários países, alguns louros e altos, que vinham para levar o cacau. Chegavam ao Pontal, saltavam das canoas, bêbados quase todos. E, em grupos, cantavam canções que não se entendia, de línguas desconhecidas, talvez de saudades e amores. Eram gringos, marinheiros que lotavam na safra do cacau, vindos de alguns cantos do mundo. [...] Rompiam o braço de mar, entre Ilhéus e o Pontal, aqueles cargueiros que sempre voltavam. (FILHO, 1997, p.12)

A partir da segunda metade da década de 1920 surgiram as primeiras indústrias de beneficiamento do cacau, inclusive as que – por meio de uma fusão – originaram a Cacau Industrial e Comércio S.A., razão social que permanece até o presente. Em seguida, foi criado o Instituto do Cacau da Bahia, no ano de 1931, pelo Decreto 7.430, vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado, tendo em vista a crise que assolou a região cacauzeira em 1929, levando à ruína muitos lavradores e abalando a economia estadual.

No mesmo sentido, na década de 1960, várias outras indústrias com a mesma finalidade foram implantadas no Distrito Industrial, com uma capacidade instalada muito superior ao necessário, fazendo com que parte delas ficasse lenta, ociosa. Em dias mais recentes, com a queda da produção, o problema ficou ainda mais grave, com algumas delas fechadas e outras importando amêndoas da África, para processá-las.

Ainda nesse intervalo de tempo (em 1957), foi criada a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauzeira (CEPLAC), como órgão do Governo Federal encarregado de recuperar e desenvolver três milhões de hectares dos 80 municípios da zona produtora de cacau, com dois milhões de habitantes. A CEPLAC tinha como diretriz básica a assistência financeira à lavoura, através do Banco do Brasil, ficando a recuperação da mesma a cargo das entidades existentes com as quais a CEPLAC fazia acordos. Foi a saída encontrada pelo presidente Juscelino Kubitschek para os problemas na região, em virtude da queda de preço do cacau nas exportações, confrontados com os dispêndios necessários ao trato das roças.

Daí em diante foram criados diversos órgãos e entidades com o intuito de regimentar a produção cacauzeira, que, nos seus altos e baixos, enriqueceu muitos, empobreceu outros e até alguns que um dia foram tão ricos por meio das lavouras cacauzeiras. Como o clima é uniforme, havia plantações de cacau desde a região de Valença até Porto Seguro. O fruto sofreu crises no seu curso histórico, tendo o clima influenciado algumas vezes, visto que a região tem chuvas constantes, mas em outras épocas não vêm, caracterizando um quadro de seca, que afeta a safra e, conseqüentemente, o bolso do cacauicultor, que depende diretamente do Governo Federal.



Se não é o clima, são os preços que caem vertiginosamente nas bolsas de Londres e Nova York. É o fato de que agricultor no Brasil é sempre entregue às benesses do poder ou ao esquecimento dos governantes. Em 1982 houve uma grande seca⁶ e queda no preço do produto. Já em 1983, uma elevação dos preços aponta uma nova prosperidade nas fazendas, melhorando as condições, o que ficou evidente com a circulação de carros zero quilômetro nas ruas de Ilhéus, ao lado de outras maneiras de apresentar ostentação.

No ano de 1984 foi fundada a Associação dos Municípios da Região Cacaueira (AMURC), objetivando discutir o projeto de institucionalização da CEPLAC. No entanto, nos anos subsequentes, o quadro foi se agravando no Sul da Bahia com problemas que se acumularam, sendo o pior de todos eles a *vassoura de bruxa*⁷. Na década de 1990 ocorreu o limite da cultura cacaueira, com o alastramento da praga, que se instalou e praticamente acabou com a cacaucultura baiana, representando a falência da cultura e a queda do sistema “coronelistas”, ou seja, a extinção da figura do coronel e do período conhecido como o “esplendor do cacau”.

Portanto, é com base neste contexto que a cidade de Ilhéus se modifica bruscamente na sua configuração, tanto em termos de padrão, como em termos de dinâmica sócio-espacial. Uma estagnação se emprega e se alastra no município, que por muitos anos teve queda na sua receita tributária, vindo a se reerguer – em termos de possibilidades – mais tarde, quando se encontrou com novas potencialidades na tentativa de soerguimento: a atividade turística e o crescimento do Distrito Industrial, ora assentado sob uma nova realidade: a da produção tecnológica, que contempla, também, os estudos que compuseram este artigo.

DISTRITO INDUSTRIAL DE ILHÉUS: CRESCIMENTO E INSERÇÃO NA ERA TECNOLÓGICA DA INFORMÁTICA

Recorrendo-se ainda aos fatos históricos, o Distrito Industrial de Ilhéus foi inserido na região em 1973, no contexto de se interiorizar a produção industrial na Bahia, em pontos com características locais que mais favorecessem as atividades de cunho industrial. Foram criados, pela Secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado, oito Distritos Industriais (D.I.): Vitória da Conquista, Itabuna, Jequié, Itabela (em Porto Seguro), Feira de Santana, Juazeiro, Alagoinhas e Ilhéus.

O DI de Ilhéus possui uma posição geográfica bastante privilegiada, com acesso terrestre, aéreo e marítimo. Este último está construído em mar aberto (o Porto do Malhado), que já chegou a ser considerado – na sua história – o quarto porto exportador do país. Com a queda da produção cacaueira, foi grande o retrocesso, muito embora no final da década de 1970 tenha alcançado o primeiro lugar – em termos de distritos industriais – nas exportações baianas.

Localizado na Rodovia BA 262 (Ilhéus / Uruçuca), no bairro do Itaípe, às margens do rio Almada, abrange uma área de 2.640.000 m², onde estão instaladas unidades com várias linhas de produção, como processamento de cacau: Joanes Industrial S/A, pertencente ao grupo americano

⁶ Vale a pena assinalar que o ano de 1982/1983 caracterizou-se por um dos mais fortes episódios quentes do fenômeno climático El Niño, que provoca secas no Nordeste e chuvas abundantes no Sul do Brasil.

⁷ Fungo que se constituiu como praga na lavoura cacaueira, aparecendo em 1920 no Equador, porém – antes – de nível endêmico na Amazônia.



ADM Cocoa – Archer Daniels Midland; Cargill Cacau Ltda; Chadler Industrial da Bahia S/A, além de Chocolate Caseiro de Ilhéus, indústria de bombons e derivados de chocolate.

Vale a pena assinalar que nos últimos anos várias indústrias haviam paralisado devido à crise do cacau, o que – em face dessa mesma crise – acabou contribuindo para a mudança do perfil do distrito, crescendo, sobretudo, o número de empresas do pólo de informática. Diante da crise vivida pela atividade cacauzeira, ainda hoje persistente e principal sustentáculo econômico do município, e da decorrente necessidade de criação de alternativas à monoprodução, agrícola e industrial, a informática desponta como um setor com grandes possibilidades de expansão na região, tendo-se instalado a primeira, a BAHIA TEC, no ano de 1995.

A criação de incentivos especiais para a implantação das indústrias de informática em Ilhéus, resultado de uma ação do Governo do Estado com o objetivo de diversificar a economia regional e a redução do desemprego, possibilitou a atração de unidades produtivas, dando origem ao pólo. Juntamente aos incentivos governamentais e à infra-estrutura existente no próprio distrito e em Ilhéus, em termos de rodovias, aeroporto, porto, universidade e mão-de-obra a custos mais baixos que no Centro-Sul do país, é que tais elementos apresentam-se favoráveis, exercendo importante papel na captação de empresas para esse projeto.

Algumas empresas de capital estrangeiro estão investindo no Pólo de Informática de Ilhéus, além de algumas localizadas em outras áreas do país, que deslocaram as suas linhas de produção para o município. Isto comprova o fato de que as vantagens locais, nas quais se incluem os incentivos fiscais, vêm elevando a sua competitividade em escala nacional e contribuindo para que o Distrito atraia o crescente interesse da população e do próprio poder público municipal. Este é um ponto no qual já se pressente a formação de uma nova identidade da área, visto que anteriormente alicerçava-se apenas à civilização cacauzeira.

O Pólo de Informática de Ilhéus, criado na administração do governo Paulo Souto, abriga, atualmente, 67 empresas, com média de 2.500 empregos diretos⁸. Muito embora ainda não produza receita para o município, devido ao respaldo do programa de incentivos estaduais e municipais durante dez anos, tinha como perspectiva criar cerca de 3.000 empregos até o ano 2000. No entanto, no ano de 1999, era grande a preocupação no Pólo com a desvalorização do real em relação ao dólar, fazendo com que algumas empresas ora instaladas paralisassem as atividades e suspendessem as importações de componentes úteis às suas linhas de fabricação e montagem, acarretando em demissões.

Mesmo possuindo algumas vantagens locais, o Pólo defronta-se com alguns problemas na ordem de infra-estrutura do próprio Distrito Industrial e a carência expressiva de indústrias de suporte ao segmento de informática, como exemplo de empresas produtoras de embalagens, adesivos e materiais de escritório em geral, sendo adquiridos em localidades distantes, encarecendo o processo. Em adição, devido ao custo das tarifas portuárias para grandes cargas, as empresas não estão utilizando o porto de Ilhéus, tomando como base o de Salvador, que oferece melhor estrutura e tarifas para o escoamento da produção e recepção das matérias-primas, vindas principalmente do exterior.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) têm atuado no sentido de oferecer um apoio ao setor, no treinamento de

⁸ Dados da Prefeitura Municipal de Ilhéus (2002).



mão-de-obra técnica e especializada. A universidade, por sua vez, tem ministrado cursos de especialização e extensão direcionados para o segmento, inclusive uma graduação em Computação que visa preparar profissionais para o ramo, o que tende a estreitar ainda mais, ao longo do tempo, os laços entre a instituição de ensino superior e o Pólo de Informática de Ilhéus. Vale ressaltar que a presença de cursos de graduação em informática tem sido um atrativo para as instituições de ensino da iniciativa privada que têm se instalado na região nos últimos tempos.

Verifica-se, portanto, que o futuro da informática em Ilhéus depende da capacidade do município em atrair novas empresas para o setor e unidades produtivas de suporte, além da elaboração de estratégias para captação das indústrias, contemplando-se soluções para os problemas atuais vivenciados pelas empresas já instaladas. O conjunto dessas ações estratégicas, caso concretizado, poderá conduzir bem o segmento de informática e consolidá-lo regionalmente, viabilizando-se enquanto alternativa concreta de diversificação da economia local e das ações do crescimento regional no Estado da Bahia.

CACAU E COMPUTADOR: TRANSIÇÃO DE DUAS ERAS

Muito embora se considere que a atividade cacauzeira ainda se conserva com força e persistência no município de Ilhéus, este estudo teve na sua pretensão, associar um ciclo histórico que foi o ponto de partida para o crescimento da região, com um que se instala na metade dos anos 1990. Neste caso, o cacau, que na sua denominação de fruto de ouro, construiu as bases de um município cuja sociedade teve um papel muito bem definido no que se refere ao acompanhamento desse processo e a chegada do Pólo de Informática, que dá ao município, nos dias atuais, uma nova projeção.

Ainda que os ciclos supracitados possuam os seus níveis de diferença, é sabido, em termos gerais, que o homem parte em busca da própria sobrevivência, estabelecendo relações uns com os outros, reiterando a sua participação na produção e consumo de bens e serviços. Uma seqüência de ações que define o papel de diversos agentes envolvidos nesse processo: proprietários, meios de produção, espacialização, recursos, mão-de-obra, poder, etc. O que pode ser aparentemente simples, porém, de extrema amplitude e complexidade, como se pode verificar:

Sendo o homem um grande consumidor, é, conseqüentemente, produtor de bens e serviços. A capacidade de consumo e de produção varia consideravelmente de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço, conforme o tamanho populacional, o nível técnico, a distribuição da renda, o poder aquisitivo e a maior ou menor tendência ao consumo. (ANDRADE, 1998, p.40)

Trazendo essa realidade à luz da temática discutida neste artigo, pode-se inferir o primeiro estágio da produção cacauzeira no município de Ilhéus, quando houve um início de produção para o próprio consumo e abastecimento local, porém, que se difundiu rapidamente devido à descoberta de outras potencialidades do fruto, como a própria produção de chocolate. O valor que lhe foi agregado delineou a sua nova trajetória, que era a de produzir cacau e derivados para todo o Brasil e diversas partes do mundo.



De acordo com as idéias de Falcão (2004), esse fruto gerou riquezas, emprego e crescimento para a região. Transformou-a em cidade modelo num determinado período da sua passagem histórica e a divulgou literariamente através de ilustres filhos da terra, como Jorge Amado e Adonias Filho, que retratavam em suas obras nada mais, nada menos, do que a sua trajetória durante o ciclo cacauero. Este foi o panorama no qual se inseriu Ilhéus, no momento que abriu as suas portas para o mundo, atribuindo-lhe grandes referências no contexto agroexportador.

As duas fases da industrialização no município de Ilhéus possuem características distintas, visto que a primeira se estabelece no contexto das agroexportações, enquanto que a segunda (atual), finca-se na produção de equipamentos de tecnologia. Desta vez, num processo em que as importações têm maior força, com a aquisição de matéria-prima, peças e suprimentos no mercado estrangeiro, destinando a linha de produção final para o próprio mercado nacional, voltado para o Centro-Sul, Centro-Oeste e a própria região Nordeste.

No entanto, trata-se de um contexto em que ambos os períodos contaram com a atividade industrial, a qual, por conseqüência, deu uma configuração diferente ao município, tanto do ponto de vista econômico, quanto no seu próprio crescimento e expansão urbana. Em suma, a primeira fase da industrialização teve como a sua base a atividade agrícola, que se dava por meio da plantação e cultivo das lavouras de cacau. Em seguida, o mesmo era encaminhado para o beneficiamento e / ou produção dos seus derivados. Já na segunda fase, de mesmo caráter, refere-se ao uso de matéria-prima externa, ou seja, importada, para a fabricação e linha de montagem dos equipamentos e suprimentos de informática.

Entretanto, a transição entre as duas eras no município de Ilhéus, a do cacau e a do computador, define-se com a observação dos papéis que cada uma das duas exerceu em períodos diferenciados. As bases de constituição da história econômica do município foram muito bem relatadas por SILVA et al (1989, p.170), ao considerarem que Ilhéus cresceu e se tornou a porta de saída do cacau coletado na região circunvizinha, enquanto era porta de entrada dos produtos manufaturados para toda a região, oriundos de Salvador. Um momento que reafirma o caráter agroexportador daquele município durante uma considerável parte da sua história.

CORONELISMO E TERRITORIALIDADE: A EXPLICAÇÃO PARA UMA ÉPOCA

Voltando-se para uma análise teórica, infere-se que durante todo o ciclo cacauero, o município de Ilhéus exerceu uma territorialidade em face da sua atividade agrícola e industrial, visto que se encontrava diretamente ligada ao mundo por meio das exportações e era esse “portal” de saída e chegada do cacau no sul da Bahia. SANTOS et al (1996, p.271), considerou que os territórios são espaços de ação e de poderes, sendo que os contemporâneos têm diferentes inserções na globalidade que é historicamente fragmentada.

Neste caso, a inserção de Ilhéus no campo da territorialidade se dá por meio do poder que é [re]produzido durante anos com a atividade cacauera, constantemente reforçado pela ação dos agentes produtores do espaço em toda a região sul do Estado. São os proprietários fundiários, no campo da agricultura e da lavoura, e os detentores dos meios de produção, intrinsecamente vinculados às atividades industriais com o cacau. Ou seja, em outras palavras, o “coronelismo”



reproduzindo uma territorialidade por meio da cacauicultura, num dado período da história baiana.

O que se verifica, na atualidade, é a tentativa do município de se retransformar no cenário econômico estadual, com a sua entrada para a era tecnológica, por meio da implantação de um Pólo de Informática no seu Distrito Industrial, com o objetivo de produzir e montar – em escala nacional – computadores, equipamentos e suprimentos de informática.

A inserção nesta era, estabelecendo-se como pólo de crescimento, pode vir acarretar à região, ao longo do tempo, uma nova territorialidade, sendo que desta vez, por meio de outra atividade industrial: a informática. Porém, mais voltada para o mercado interno e extremamente globalizada, em vistas de que obtêm a sua matéria-prima por meio das importações de países como China, Estados Unidos, Hong Kong, Coréia, Taiwan, Japão e Cingapura. No entanto, a atividade ainda é incipiente para se caracterizar uma nova territorialização, visto que o ramo tecnológico, naquele Distrito Industrial, é recente e carece de resultados para isto.

CONCLUSÃO

O presente artigo caracterizou-se por observar, na linha do tempo, como dois ramos de atividades, ambos voltados para a industrialização, numa relação entre campo e cidade, podem ter constituído o quadro econômico de uma região que teve as suas funções completamente modificadas ao longo do tempo. Se tratou Ilhéus, especificamente, porque é o município do sul baiano que deu a largada para o crescimento regional, incluindo o estabelecimento e crescimento de diversos municípios circunvizinhos, em termos econômicos.

Todavia, buscou-se entender a dinâmica regional de mais de dois séculos, desde a primeira plantação de cacau, ainda em 1746, no local que compreende o atual município de Canavieiras, enfatizando todo um ciclo que perdurou com força até o final da década de 1980, mas que ainda hoje se sustenta em escala bem menor do que antes. Em seguida, o processo de estagnação pelo qual passou, após a praga da *vassoura de bruxa*, até o encontro com uma das suas novas potencialidades, na tentativa de firmar-se como pólo regional: a indústria de informática.

Sob um plano teórico da Geografia, buscou-se o entendimento do conceito de territorialidade aplicado à região cacauzeira, visto que esta se expressa por meio da espacialização de ações e de poder. Tendo em vista as relações de produção e de trabalho, além da presença dos diversos agentes produtores do espaço (proprietários fundiários, detentores dos meios de produção, mão-de-obra, estrutura, recursos e meios de produção), é que se chega à conclusão de uma territorialização da cacauicultura no sul da Bahia, com bases muito bem alicerçadas no município de Ilhéus.

Vê-se, portanto, que os estudos com base nos aspectos geoeconômicos, tendenciando à análise do espaço numa perspectiva regional e considerando-se o plano histórico, são de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico-científico. Assim, recorre-se à contribuição teórica que este artigo trouxe à própria ciência geográfica, visto que a partir de agora se torna referência para aqueles que buscarem entender as dinâmicas de crescimento espacial, regional e territorial na Bahia, especificamente no sudeste e extremo sul do Estado.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C. **Geografia Econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FALCÃO, P.M. **Processo de regionalização: um panorama sobre a cidade de Ilhéus, Bahia**. In: II Seminário Científico de Geografia. Feira de Santana: UEFS, 2004.

FILHO, A. **Luanda Beira Bahia**. Rio de Janeiro: Betrand, 1998.

IBGE **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

PÓLVORA, H.; PADILHA, T. **Cacau em prosa e verso**. Rio de Janeiro: Antares, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS. **Diagnóstico Municipal**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1999.

SANTOS, A.A. **A leitura dos morros periféricos de Ilhéus na percepção dos alunos do Colégio Estadual de Ilhéus**. Monografia de Graduação. Ilhéus: UESC, 2000.

SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, S.C.B.M.; LEÃO, S.O.; SILVA, B.C.M.N. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: EDUFBA, 1989.

VINHÁES, J.C. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus: EDUSC, 2001.